

**BOLETIM SITUACIONAL**

**OS PLANOS ESTADUAIS  
DE SAÚDE DE  
2016 - 2019 E A  
POPULAÇÃO LGBT**



# **Projeto “A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT): estratégias de análise, avaliação e formação para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde”**

## **Ministério da Saúde/Fundo Nacional da Saúde**

### **Coordenação Geral do Projeto**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

### **Financiamento e Apoio Institucional**

COGE/CGGAP/DESF/SAPS/MS

Ministério da Saúde

Secretaria de Atenção Primária em Saúde

Departamento de Saúde da Família - DESF

Coordenação de Garantia de Equidade

### **Apoio Técnico e Institucional**

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria Estadual de Saúde

Departamento de Ações em Saúde – DAS

Coordenação Estadual da Saúde da População LGBT

Msc. Iuday Motta

### **Instituições Parceiras**

Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil

### **Pesquisadores Coordenadores do Projeto**

Prof. Dr. Daniel Canavese de Oliveira, UFRGS

Prof. Dr. Maurício Polidoro, IFRS

## **Título deste documento: Boletim situacional sobre os Planos Estaduais de Saúde de 2016 - 2019 e a População LGBT**

### **Organização deste documento**

Drean Falcão da Costa

Daniel Canavese de Oliveira

### **Diagramação**

Karen Garbo

## **Ano de publicação deste documento: 2019**

## ISBN desta publicação:

Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons - Atribuição - Não Comercial - Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pode ser acessada, na íntegra, no Repositório Lume <<https://www.lume.ufrgs.br>>.



### DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B647 Boletim situacional: os planos estaduais de saúde de 2016 - 2019 e a Política Nacional de Saúde Integral LGBT: instrumentos do Sistema Único de Saúde (SUS) / organizadores: Drean Falcão da Costa, Daniel Canavese de Oliveira. - Porto Alegre: UFRGS, 2019.

36 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-9489-183-9

1. Saúde da população LGBT 2. Políticas de saúde 3. Sistema Único de Saúde I. Costa, Drean Falcão da II. Oliveira, Daniel Canavese de  
NLM WA300

CATALOGAÇÃO NA FONTE: RUBENS DA COSTA SILVA FILHO CRB10/1761

# ÍNDICE

Apresentação	7
Percurso Metodológico	10
Como elaborar o mapa de saúde e análise situacional?	11
Planos Estaduais de Saúde de 2016 a 2019 e a população LGBT	13
Região Sul	14
Região Sudeste	16
Região Centro-Oeste	19
Região Nordeste	21
Região Norte	29
Referências	33

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Relação entre o Planejamento Governamental e os Instrumentos de Gestão do SUS	8
Figura 2 – Definição dos Instrumentos de Gestão do SUS	9
Figura 3 – Definição dos elementos básicos do PS	12

# LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Paraná	14
Tabela 2 – Rio Grande do Sul	15
Tabela 3 – Santa Catarina	15
Tabela 4 – Espírito Santo	16
Tabela 5 – Minas Gerais	17
Tabela 6 – Rio de Janeiro	18
Tabela 7 – São Paulo	18
Tabela 8 – Distrito Federal	19
Tabela 9 – Goiás	20
Tabela 10 – Mato Grosso	20
Tabela 11 – Mato Grosso do Sul	20
Tabela 12 – Alagoas	21
Tabela 13 – Bahia	22
Tabela 14 – Ceará	22
Tabela 15 – Maranhão	23
Tabela 16 – Paraíba	24
Tabela 17 – Pernambuco	25
Tabela 18 – Piauí	27
Tabela 19 – Rio Grande do Norte	27
Tabela 20 – Sergipe	28
Tabela 21 – Acre	29
Tabela 22 – Amazonas	30
Tabela 23 – Amapá	31
Tabela 24 – Pará	31
Tabela 25 – Rondônia	32
Tabela 26 – Roraima	32
Tabela 27 – Tocantins	32

O presente Boletim tem por objetivo apresentar, de modo acessível, os dados coletados na pesquisa documental realizada durante a pesquisa e desenvolvimento do projeto. Esta pesquisa analisou 27 documentos de todo o país tendo como objetos de análise os dados e produções textuais referentes à saúde da população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). O material tem por interesse qualificar e instrumentalizar o controle social com informações sobre o panorama nacional da situação de saúde e de ações em relação à saúde da população LGBT presentes nos instrumentos em saúde.

O escrito centra-se em apresentar um retrato da abordagem da saúde da População LGBT, por meio da averiguação dos elementos triviais presentes no fundamental instrumento do planejar no Sistema Único de Saúde (SUS), o Plano de Saúde (PS). No caso em questão, os Planos Estaduais de Saúde (PES), no recorte temporal que abrange o período de 2016 a 2019, dos 26 estados e do Distrito Federal, período que ainda está em vigor a nível estadual e também o único intervalo contemplado após o lançamento da PNSILGBT (Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). No intuito de abastecer as leitoras e leitores destas informações, retomaremos inicialmente, de forma breve e focada, o fazer do planejamento em saúde; em seguida também de forma sucinta, serão apresentadas informações elementares sobre o delineamento da situação desta população para este quadriênio.

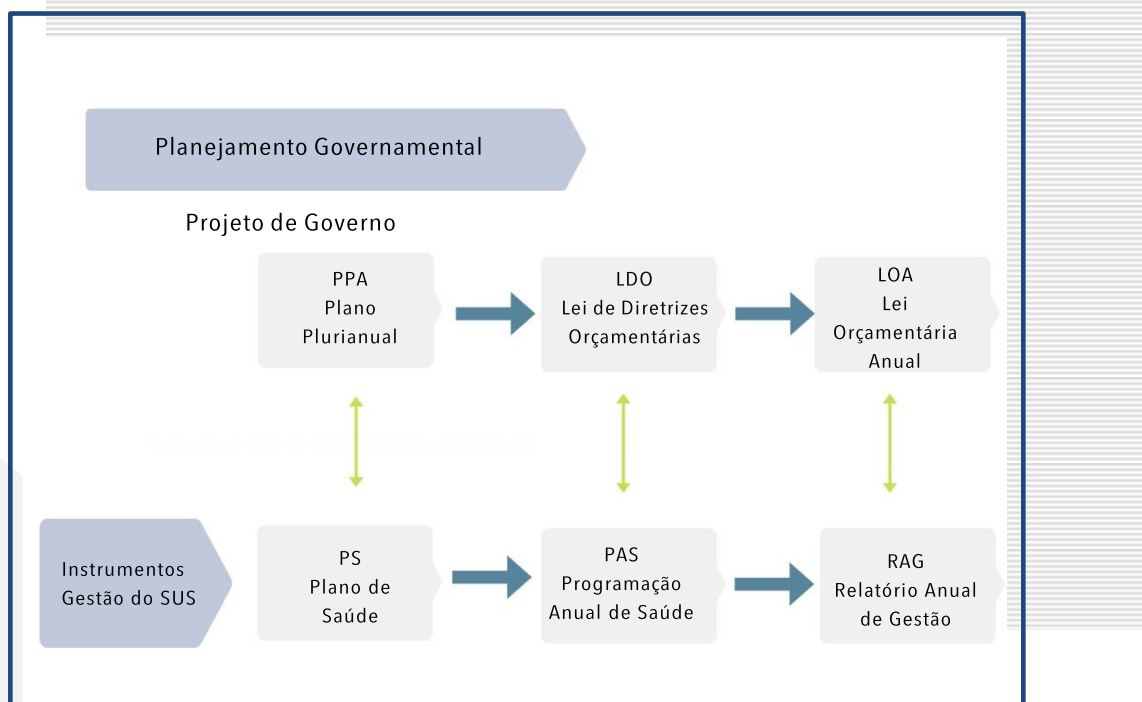
O processo ascendente de planejamento definido pela Lei Orgânica da Saúde configura-se relevante desafio para os/as responsáveis por sua condução, em especial aqueles das esferas estadual e nacional, tendo em conta a complexidade do perfil epidemiológico brasileiro, aliada a quantidade e diversidade dos municípios, além da grande desigualdade em saúde ainda prevalente, tanto em relação ao acesso, quanto à integralidade e à qualidade da atenção prestada. O planejamento no SUS é de responsabilidade conjunta das três esferas da federação, sendo que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios devem desenvolver suas respectivas atividades de maneira funcional para conformar um sistema que seja nacionalmente integrado. Assim, as atividades de planejamento desenvolvidas de forma individual, em cada uma das esferas, em seus respectivos territórios, devem levar em conta as atividades das demais esferas, buscando gerar complementaridade e funcionalidade (BRASIL, 2009; BRASIL, 2016).

#### Arcabouço documental sobre o Planejamento no SUS:

- Constituição Federal
- Leis Orgânicas da Saúde (Lei 8.080/90 e Lei 8.142/90)
- Pactos pela Vida, Gestão e pela Saúde (Portaria Consolidadora)
- Portaria 2.135/2013 (Portaria Consolidadora nº1)
- Decreto 7.508/2011

O processo de planejamento em saúde é de responsabilidade de cada ente federado, a ser desenvolvido de forma contínua, articulada, ascendente, integrada e solidária, entre as três esferas de governo, na medida em que visa dar direcionalidade à gestão pública da saúde. A partir das necessidades de saúde no âmbito estadual, das diretrizes estabelecidas pelos conselhos estaduais de saúde e observadas as prioridades nacionais, os estados coordenam o ciclo de elaboração, implementação e avaliação do planejamento em seus territórios, buscando articulação de processos e instrumentos (BRASIL, 2016). Ressalta-se a necessária compatibilização entre os instrumentos de planejamento da saúde (Plano de Saúde e respectivas programações anuais e Relatório de Gestão) e os instrumentos de planejamento e orçamento de governo, quais sejam o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual, em cada esfera de gestão, que servem de base para o monitoramento e avaliação pelos entes federados.

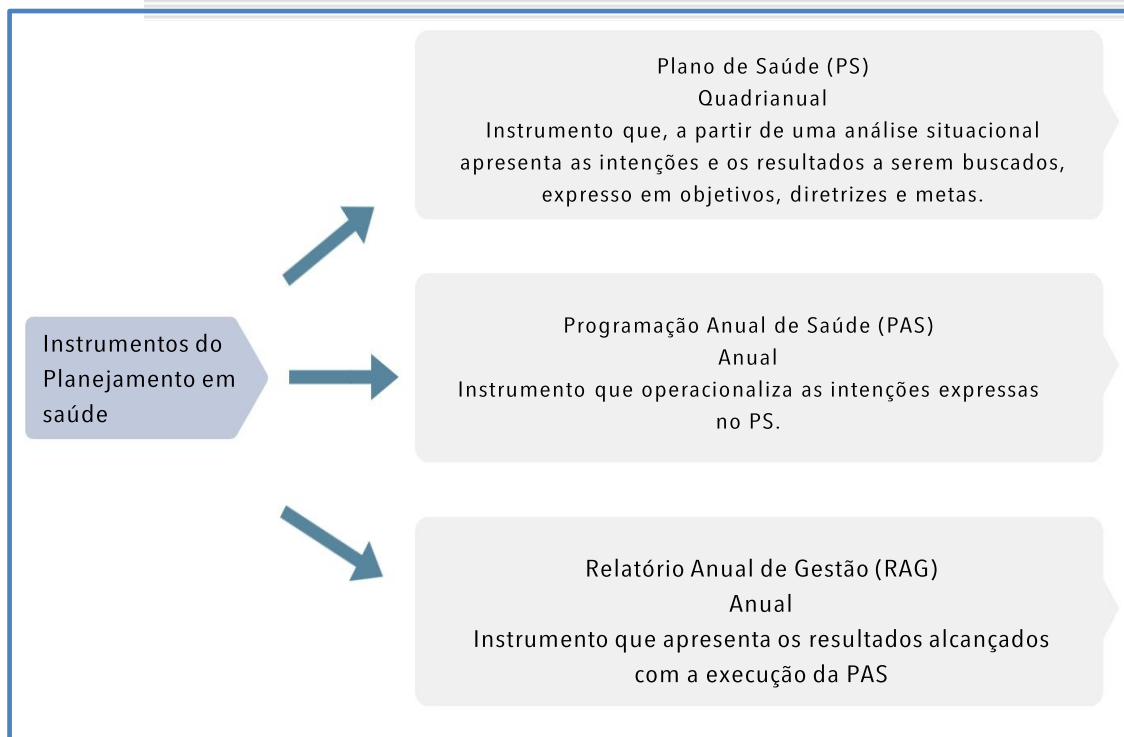
Figura 1 - Relação entre o Planejamento Governamental e os Instrumentos de Gestão do SUS:



Fonte: Adaptado de: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva: trajetória e orientações de operacionalização. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.



Figura 2 - Definição dos Instrumentos de Gestão do SUS:



Fonte: Adaptado de: BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS): uma construção coletiva: trajetória e orientações de operacionalização. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

A respeito do instrumento analisado neste Boletim, o Plano de Saúde (PS), trata-se do documento central de planejamento para definição e implementação de todas as iniciativas no âmbito da saúde de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos. É o PS que norteia a elaboração do planejamento e orçamento do governo no tocante à saúde. O PS consolida as políticas e compromissos de saúde numa determinada esfera de governo. Nesse sentido, reflete, a partir da análise situacional, as necessidades de saúde da população e as peculiaridades próprias de cada esfera. É elaborado no primeiro ano da gestão em curso, com execução a partir do segundo ano da gestão em curso ao primeiro ano da gestão subsequente (BRASIL,2009; BRASIL, 2013).

O PS é a base para a execução, o acompanhamento, a avaliação da gestão do sistema de saúde em cada esfera de gestão, e contempla todas as áreas da atenção à saúde, de modo a garantir a integralidade da atenção. O seu conteúdo deve refletir as necessidades de saúde da população sob as quais se baseiam a definição de ações de promoção, proteção, recuperação e reabilitação em saúde (assistência, vigilância em saúde e assistência farmacêutica).

O PS, assim como os demais instrumentos de planejamento no SUS, é submetido à apreciação e aprovação do respectivo Conselho de Saúde e deve ser disponibilizado para acesso público no Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão (Sargsus), disponível em <[www.saude.gov.br/sargsus](http://www.saude.gov.br/sargsus)> (BRASIL, 2013).

De acordo com a Portaria nº 2.135, de 2013, a elaboração do Plano de Saúde deve conter minimamente a seguinte estrutura:

- I – Período de vigência do Plano de Saúde;
- II – Identificação (esfera de gestão correspondente);
- III – Ato do Conselho de Saúde que avalia o Plano de Saúde;
- IV – Análise da situação de saúde com base no Mapa da Saúde;
- V – Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores;
- VI – Monitoramento e Avaliação.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

O documento aqui apresentado faz parte de uma pesquisa em Saúde Coletiva do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A estratégia metodológica central foi a pesquisa documental dos Planos Estaduais de Saúde (PES), do período 2016 a 2019. Os documentos foram acessados por meio de sítios eletrônicos de acesso público, das Secretarias de Saúde dos estados e do Distrito Federal, também por solicitações formais pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e contatos diretos (por e-mail) com as Secretarias Estaduais de Saúde, Conselhos Estaduais de Saúde e Ouvidorias dos estados, que ainda não haviam disponibilizado publicamente seus instrumentos de planejamento.

O Boletim Situacional é um documento concebido pelos autores desta pesquisa a fim de demonstrar a lacuna relacionada à saúde da população LGBT nos instrumentos de planejamento no SUS. Em certa medida, o boletim é constituído de informes sobre o fazer do planejamento e a partir disso, do retrato da conjuntura do que foi previsto para a saúde daquela população nos instrumentos no período estudado. O retrato sinaliza os quesitos basilares que compõem um plano de saúde, conforme o arcabouço legal deste eixo no SUS. Os pontos abordados são: análise situacional, diretrizes e objetivos, metas e indicadores, a previsão ou indicação de políticas de saúde estaduais para LGBT e por fim ações relacionadas ao controle social.

# COMO ELABORAR O MAPA DE SAÚDE E ANÁLISE SITUACIONAL?

É o processo de identificação, formulação e priorização dos problemas e das necessidades de saúde da população em um determinado território, orientando a definição das medidas a serem adotadas. A análise situacional é feita a partir do processamento e da análise de um conjunto de dados que são trabalhados com vistas a identificar as características de saúde da população de um determinado território. Quanto mais elementos puderem ser agregados na análise situacional, mais rico e preciso será o seu resultado. A análise situacional é orientada, dentre outros componentes, pelos oito temas trabalhados no Mapa da Saúde (Estrutura do Sistema de Saúde; Redes de atenção à saúde; Condições socio sanitárias; Fluxos de acesso; Recursos financeiros; Gestão do trabalho e da educação na saúde; Ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde; Gestão) (BRASIL, 2016).

A partir da definição das regiões de saúde é possível iniciar o processo de elaboração do Mapa da Saúde e da análise da situação de saúde da população da região. Esse processo visa reunir e sistematizar as informações de saúde da região para servir de base para a análise situacional. Essa etapa possibilita visualizar os diferentes recursos disponíveis no território, tais como a distribuição dos recursos humanos e de ações e serviços ofertados pelo SUS e pela iniciativa privada, possibilitando a identificação dos vazios assistenciais existentes. O objetivo é identificar as necessidades de saúde da população e contribuir para o estabelecimento das metas de saúde da região. As necessidades são balizadas pelos parâmetros assistenciais vigentes (BRASIL, 2016).

Com base na elaboração da análise situacional, é possível a construção das ações e intenções que definirão a atenção à saúde do ente em questão. A seguir apresenta-se quadro com a definição dos elementos básicos do PS, definidos a partir análise situacional:

Figura 3 – Definição dos elementos básicos do PS:

<b>01</b>	DIRETRIZES	Expressam ideias de realização e orientam escolhas estratégicas e prioritárias. Devem ser definidas em função das características epidemiológicas, da organização dos serviços, do sistema de saúde e dos marcos da Política de Saúde.
<b>02</b>	OBJETIVOS	Expressam os resultados desejados, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de estratégias e ações. Declaram e comunicam os aspectos da realidade que serão submetidos a intervenções diretas, permitindo a agregação de um conjunto de iniciativas gestoras de formulação coordenada. Referem-se à declaração do que se quer ao final do período considerado.
<b>03</b>	METAS	Expressam a medida de alcance do Objetivo. Um mesmo objetivo pode apresentar mais de uma meta em função da relevância destas para o seu alcance, ao mesmo tempo em que é recomendável estabelecer metas que expressam os desafios a serem enfrentados.
<b>04</b>	INDICADORES	Conjunto de parâmetros que permite identificar, mensurar, acompanhar e comunicar, de forma simples, a evolução de determinado aspecto da intervenção proposta. Devem ser passíveis de apuração periódica, de forma a possibilitar a avaliação da intervenção.

Fonte: os autores.

# **PLANOS ESTADUAIS DE SAÚDE DE 2016 A 2019 E A POPULAÇÃO LGBT**

## Paraná

não há menção sobre a população LGBT no PES

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: PARANÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Paraná. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Rio Grande do Sul

Análise Situacional	Inserida em capítulo "Situação de Saúde de Grupos Populacionais Específicos e Vulneráveis".
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	Implementar quatro Comitês Técnicos de Saúde para Populações específicas (LGBT, em situação de rua, Negra e campo, Florestas e águas) na SES.
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) lançada em 2014.
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	Previsão da criação de um Comitê técnico.
Outras Informações	-

Fonte: RIO GRANDE DO SUL, Secretaria do Estado de Saúde do Rio Grande do Sul. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Santa Catarina

Análise Situacional	Menção da população de travestis e transexuais na "seção" Vigilância em Saúde - Doenças e agravos.
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: SANTA CATARINA, Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Região Sudeste

### Espírito Santo

Análise Situacional	Menção da população LGBT na seção "aspectos demográficos": - Dados do IBGE apontavam que, em 2010, a população LGBT representava 10% da população brasileira. "Tomando este parâmetro como referência e aplicando-o sobre a população estimada pelo IBGE para o ano de 2015, podemos considerar que o ES conta com uma população de 392.991 pessoas" p.41.
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	Menção a população LGBT na "lista de siglas e abreviaturas".

Fonte: ESPÍRITO SANTO, Secretaria do Estado de Saúde do Espírito Santo. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.



## Minas Gerais

<p>Análise Situacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicado na seção "Violência" a inclusão da população LGBT em sistema de notificação de violência;</li> <li>- Na análise das Políticas de Saúde o PEs relata a criação do "Núcleo de Políticas de Promoção da Equidade em Saúde", responsável pelas ações de saúde à população LGBT;</li> <li>- Criação do Comitê de Saúde Integral LGBT em 2015;</li> <li>- Na análise das Redes de atenção às doenças crônicas é descrita a organização do Processo Transsexualizador no SUS.</li> </ul>
<p>Diretrizes e Objetivos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar e implantar políticas e/ou diretrizes para promoção da equidade em saúde, com foco em populações consideradas negligenciadas quanto ao acesso à saúde, como populações negra e quilombola, população cigana, população das ocupações urbanas e rurais, população de rua, população LGBT, populações do campo, das florestas e das águas e demais populações identificadas no Estado, prezando pela efetiva participação social em todo o processo, garantindo apoio técnico, científico, financeiro e estrutural às regionais e municípios, visando o pleno acesso à saúde integral, universal e equânime, livre de toda forma de discriminação; Realização de diagnóstico do perfil epidemiológico das populações contempladas pelas Políticas de Promoção da Equidade em Saúde; Inserção das temáticas da Políticas de Promoção da Equidade em Saúde nos processos de educação permanente e popular como temas transversais;</li> <li>- Garantir a assistência à saúde para mulheres transexuais e homens transexuais;</li> <li>- Implantar e qualificar a atenção à saúde para as pessoas privadas de liberdade garantindo promoção, prevenção e tratamento aos principais agravos existentes nas unidades prisionais contemplando as especificidades das mulheres e população LGBT privada de liberdade (Saúde da população privada de liberdade);</li> <li>- Desenvolver, avaliar e monitorar políticas de doenças crônicas nas áreas de: cardiologia, neurologia, ortopedia, nefrologia, oncologia, doenças raras, transplantes, obesidade e processo transsexualizador - a atenção integral só é possível se o cuidado for organizado em rede e cada serviço deve ser repensado como um componente fundamental da integralidade do cuidado.</li> </ul>
<p>Metas/Indicadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantar e qualificar ações permanentes de diagnóstico, tratamento, cura e controle dos principais agravos existentes nas unidades socioeducativas considerando as especificidades das meninas e da população LGBT privada de liberdade (adolescentes privadas de liberdade);</li> <li>- Articular junto ao Núcleo de Promoção da equidade e de forma intersetorial, ações que visam a atenção integral à saúde do homem nas populações indígenas, negras, quilombolas, gays, bissexuais, transexuais, trabalhadores rurais, homens com deficiência, em situação de risco, em situação carcerária, entre outros, desenvolvendo estratégias voltadas para a promoção da equidade para distintos grupos sociais;</li> <li>- Abertura de dois ambulatórios para assistência à saúde à mulheres transexuais e homens transexuais, e o desenvolvimento de ações de educação permanente e popular sobre as políticas de promoção da equidade na saúde.</li> </ul>
<p>Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)</p>	<p>-</p>
<p>Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)</p>	<p>-</p>
<p>Outras Informações</p>	<p>-</p>

## Rio de Janeiro

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	Menção sobre Comitê Estadual de Saúde LGBT (A proposta da Gestão Estratégica e Participativa no estado tem se consolidado em torno dos eixos de participação social e da promoção da equidade, de forma intersetorial, com destaque para os avanços na Política de Atenção à População Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e Transexuais (LGBT), através da participação do Comitê Estadual de Saúde LGBT, que tem sido conduzido em parceria com a Atenção Básica. Questões como a cirurgia de transgenitalização e a hormonização de pessoas transsexualizadas, fruto da parceria do IEDE/SES com o HUPE/UERJ, estão na agenda de discussão deste Comitê.) - Gestão Estratégica e Participativa, p.147.

Fonte: RIO DE JANEIRO, Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## São Paulo

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	Fortalecer a atenção integral à saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).
Metas/Indicadores	Apoiar a realização de ações para a saúde integral da população LGBT em 100% das regiões do estado - Número de regiões do estado apoiadas para realização de ações específicas de saúde integral da população LGBT/ Número de regiões de saúde x 100.
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: SÃO PAULO, Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Região Centro-Oeste

### Distrito Federal

Análise Situacional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Na seção "Situação Epidemiológica do HIV/AIDS no Distrito Federal" é mencionado a categoria de exposição homossexual caracteriza de forma mais significativa a dinâmica da epidemia entre os homens correspondendo 42,6% do total de casos em média (excluindo as categorias bissexual, e homo ou bi/drogas);</li><li>- Na seção "HEPATITES B E C I" é mencionado que "Grupos de alto risco incluem os usuários de drogas injetáveis, homossexuais/heterossexuais com múltiplos parceiros";</li><li>- Na seção "População Vulneráveis" é incluído um capítulo "População LGBT";</li><li>- A atenção à saúde da população LGBT tem como principais desafios a garantia do respeito ao nome social nos serviços e saúde, o respeito à orientação sexual e sua importância na saúde dos sujeitos, além do avanço na discussão sobre o processo transsexualizador no DF.</li></ul>
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: DISTRITO FEDERAL, Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (parte 1). Relatório.  
DISTRITO FEDERAL, Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (parte 2). Relatório.

## Goiás

Análise Situacional	- Inserida na seção "Acesso às ações e serviços de saúde" - "Saúde das Populações em Situação de Vulnerabilidade" é inserido capítulo "População LGBT"; - Na análise das condições de saúde da população, na seção de "Mortalidade Geral" a população LGBT é mencionada como um dos objetos de notificação à violência (extrafamiliar comunitária).
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	Na análise do acesso às ações e serviços de saúde na seção Humanização é mencionado que esta Coordenação participa do Comitê da Política de Saúde LGBT.

Fonte: GOIÁS, Secretaria do Estado de Saúde de Goiás. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório. Goiás, 2016.

## Mato Grosso

não há menção sobre a população LGBT no PES

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: MATO GROSSO, Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Mato Grosso do Sul

não há menção sobre a população LGBT no PES

Análise Situacional	Na análise da Gestão em Saúde se faz menção na seção de Gestão participativa sobre a inclusão social de populações específicas, visando à equidade no exercício do direito à saúde.
Diretrizes e Objetivos	Articular com a SES e apoiar os municípios na implantação/implementação de ações das Políticas de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde, incluindo a população indígena e outros grupos vulneráveis.
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: MATO GROSSO DO SUL, Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso: Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Região Nordeste

### Alagoas

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	Inserir Ações de Saúde no âmbito das Políticas voltadas a segmentos em situação de vulnerabilidade social, tais como população em situação de rua, povos indígenas, população negra, comunidades quilombolas, população LGBT.
Metas/Indicadores	Implantar o Plano Operativo Estadual de Atenção à Saúde da População LGBT.
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	Plano Operativo Estadual.
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: ALAGOAS, Secretaria do Estado de Saúde do Alagoas. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Bahia

Análise Situacional	-
Diretrizes / Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No intitulado Compromisso 5 "Promover a equidade e a humanização no cuidado à saúde das populações historicamente excluídas, discriminadas e/ou estigmatizadas" é previsto "Apoiar tecnicamente os municípios no desenvolvimento de ações de atenção à saúde das Populações: Negra, Indígenas, Quilombolas, Campo, Florestas e Águas, Situação de Rua, Privada de Liberdade, LGBT, Cigana e Assentado, Pessoa com Albinismo e com Doença Falciforme";</li> <li>- Qualificar profissionais de saúde na atenção à saúde integral da população LGBT.</li> </ul>
Metas/Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiar os 417 municípios no desenvolvimento de ações para o cuidado à saúde das populações: negra, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, situação de rua, privada de liberdade, LGBT, cigana e assentado, pessoa com albinismo e com doença falciforme;</li> <li>- Quantitativo de Profissionais de saúde qualificados na atenção à saúde integral da população LGBT (200).</li> </ul>
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

## Ceará

Análise Situacional	Na análise das "Condições sócio sanitárias" no capítulo "Aids e doenças sexualmente transmissíveis Aids" é mencionado "Se no início a infecção pelo HIV parecia limitar-se a determinados "grupos de risco" compostos por homossexuais, hemofílicos e usuários de drogas, com o decorrer do tempo ela foi buscando caminhos, tomando espaços na população geral e "socializando" a sua possibilidade de ocorrência, que antes parecia restrita aos "diferentes e famosos", passando progressivamente por um processo de pauperização e feminização da epidemia".
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	Implantar Ambulatório de Atenção à população LGBT em duas Macrorregião de Saúde até 2019 - Número de Ambulatórios implantados.
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: CEARÁ, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

# Maranhão

<p>Análise Situacional</p>	<p>- Na seção "Política de promoção da equidade em saúde" está inserido o capítulo "atenção integral à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais";</p> <p>- Na seção "Educação em Saúde" é referido "Além da PNEPS-SUS a Educação em Saúde está em conformidade com as ações da Política de Promoção da Equidade, e a Política de Educação Permanente em Saúde, tendo em vista que a Equidade busca diminuir as diferenças existentes entre os diversos grupos vulneráveis como população negra, LGBT, do Campo, da Floresta e das Águas, Cigana e em Situação de Rua, no que se refere ao acesso ao SUS, e a Educação Permanente em Saúde compreende ações de formação dos profissionais da saúde, transformando os processos formativos e as práticas pedagógicas, proporcionando assim, a organização dos serviços através da articulação entre gestão, instituições formadoras na identificação de problemas cotidianos buscando soluções na construção dos processos de trabalho";</p> <p>- Na seção "Saúde da Mulher" refere-se "O preconceito, a discriminação e a violência são fatores determinantes do sofrimento e do processo de adoecimento, e em especial às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais. A inclusão social e o respeito às diferenças são estratégias fundamentais para a promoção da saúde de todos os grupos sociais e da sociedade em geral".</p>
<p>Diretrizes e Objetivos</p>	<p>Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.</p>
<p>Metas/Indicadores</p>	<p>Fomentar a implantação/implementação das Políticas de Promoção da Equidade em Saúde nas 19 Regiões, contribuindo para melhorar o acesso, acolhimento, condições de saúde e redução da morbimortalidade da População Negra/Quilombola, de Religião de Matriz Africana, Cigana, Albina, do Campo, da Floresta, das Águas, LGBT, Pessoas em Situação de Rua e Indígena.</p>
<p>Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)</p>	<p>-</p>
<p>Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)</p>	<p>-</p>
<p>Outras Informações</p>	<p>Política de promoção da equidade em saúde:</p> <p>O público alvo são os povos e comunidades que se caracterizam por seus modos de vida, produção e reprodução sociais relacionados, predominantemente, com a terra, mata e água, dentre os quais: a população negra, remanescentes de quilombo, comunidades tradicionais de religião matriz africana, albinos, povos ciganos, do campo, da floresta e das águas, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e população em situação de rua.</p>

Fonte: MARANHÃO, Secretaria da Saúde do Estado do Maranhão. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

## Paraíba

Análise Situacional	Na seção "Doenças Transmissíveis" é referido de acordo com os registros do SINAN Net, na Paraíba foram notificados no mesmo período 2.321 casos de AIDS em adulto e 72 em crianças. Estes casos apresentam o maior número de ocorrência em adultos, seguido de jovens e crianças. Esse fato deve-se a faixa etária de maior atividade sexual desprotegida, sendo também os grupos de maiores exposições. Dos 72 casos que ocorreram em crianças, 69 foram por transmissão vertical e 03 por causas ignoradas. Os 240 casos que ocorreram em jovens (15 a 24 anos) estão distribuídos segundo a categoria de exposição da seguinte forma: 115 em Heterossexuais, com 53,0% no sexo feminino; 40 em Homossexuais; 11 em Bissexuais, 03 em Usuários de Drogas Injetáveis (UDI), 10 por Transmissão vertical e 61 foram ignorados.
Diretrizes e Objetivos	Implementar as políticas de atenção à saúde, promoção e vigilância das populações específicas, tradicionais e/ou em situação de vulnerabilidade social (população negra, cigana, quilombolas, comunidade de terreiros, indígenas, de rua, do campo, privada de liberdade, LGBT, profissionais do sexo); Implantar e implementar a Política de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Estado.
Metas/Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fomento a implantação e implementação do plano de ação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 100% das Regiões de Saúde;</li> <li>- Apoio a implantação do protocolo de atendimento as mulheres lésbicas e bissexuais em 29 municípios prioritários conforme Portaria nº 3276 GM 26 dezembro de 2013;</li> <li>- Ampliação anual em 20% da oferta dos serviços de ambulatório de TT (Travestis e Transexuais) do Complexo Hospitalar Clementino Fraga;</li> <li>- Apoio institucional às ações do Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral da População LGBT.</li> </ul>
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: PARAÍBA, Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.



# Pernambuco

<p>Análise Situacional</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Na seção "Atenção a Saúde", capítulo específico - Saúde da população LGBT;</li><li>- É referido "A análise das políticas estratégicas e redes de atenção nos mostra a expansão de serviços e ações direcionadas a grupos prioritários, em especial na Saúde da Mulher, mas também na busca de garantir mais acesso aos homens, população privada de liberdade, pessoas com deficiência, idosos, população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (LGBT), e na área de saúde mental, saúde bucal e segurança alimentar e nutricional";</li><li>- No capítulo "Saúde da população negra" é referido avanços como "A intersetorialidade com algumas Secretarias Estaduais, como as Secretarias da Mulher, da Agricultura/PRORURAL, e Secretarias Executivas da SES, envolvidas com a execução de políticas voltadas para a população, introduzindo o recorte racial nas Políticas Estratégicas, tais como: Criança, Mulher, Homem, Idoso, Pessoas com Deficiência, LGBT".</li></ul>
<p>Diretrizes e Objetivos</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Fortalecer a Política Estadual de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT);</li><li>- Desenvolver uma ação intersetorial para Acessibilidade e Acolhimento nos serviços da Rede de Serviços de Saúde de PE;</li></ul> <p>Descrição: Sensibilizar gestores e profissionais de saúde da Rede Estadual de Saúde para a implementação do acolhimento e acessibilidade humanizada e a assistência qualificada à população LGBT;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Monitorar o acesso ao processo transsexualizador na Rede Estadual de Saúde, a partir do aperfeiçoamento das tecnologias para mulheres e homens trans nos moldes regulamentados;</li><li>- Garantir acesso das Pessoas Trans ao processo de hormonioterapia na assistência farmacêutica estadual;</li><li>- Fortalecer o Controle e a Participação Social.</li></ul>
<p>Metas/Indicadores</p>	<p>A) Realizar reuniões com gestores/as municipais de coordenações e assessorias LGBT para divulgar a política e consolidar o seu processo de implantação no âmbito municipal;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Realizar Seminário Macrorregional sobre Saúde Integral LGBT;</li><li>- Incentivar e apoiar a formação de Grupos de Trabalho (GT) e/ou Comitês Técnicos de Saúde Integral LGBT Municipais para representantes da gestão municipal e conselhos de saúde;</li><li>- Realizar reuniões de monitoramento para apoiar e acompanhar a implantação de GTs ou Comitês Técnicos de Saúde Integral LGBT Municipais;</li><li>- Realizar seminário sobre "Promoção, Prevenção e Cuidado à Saúde Integral LGBT" envolvendo as Políticas Estratégicas;</li><li>- Articular com a Secretaria Estadual de Ressocialização através de reuniões técnicas, a discussão da Saúde da População LGBT em situação privada de liberdade;</li><li>- Realizar Fórum Estadual sobre Saúde e Pessoas LGBT com Deficiência;</li><li>- Realizar Fórum Estadual sobre Saúde e Pessoas Idosas LGBT;</li><li>- Promover reuniões semestrais com a Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde, visando a construção de indicadores de Saúde LGBT e inclusão das variáveis de identidade de gênero e orientação sexual nas fichas de notificação;</li><li>- Realizar reuniões para fomentar parcerias com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/NUSP), a Universidade de Pernambuco (UPE/NISC), a FIOCRUZ/NESC e a Escola Estadual de Saúde Pública de Pernambuco para inclusão de pesquisas e atividades que abordem a temática da Saúde Integral LGBT;</li><li>- Realizar reuniões mensais do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT;</li><li>- Realizar Planejamento Anual do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT;</li></ul>

Metas/Indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar reuniões semestrais de monitoramento das atividades do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Capacitação em Saúde Integral LGBT para o Controle Social e Sociedade Civil Organizada;</li> <li>- Elaborar e reproduzir folders sobre Saúde Integral LGBT, abordando Saúde das Lésbicas; Saúde dos Gays; Saúde das Pessoas Bissexuais; e, Saúde das Travestis e Pessoas Trans;</li> <li>- Elaborar e Reproduzir Cartilha sobre Travestis e Transexuais;</li> <li>- Elaborar e Reproduzir folder da Política de Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre Dia Nacional da Visibilidade Trans com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre o Dia Nacional contra Homofobia com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre o Dia Internacional do Orgulho Gay com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre o Dia Internacional da Visibilidade Bissexual com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>Realizar Seminário sobre o Dia Internacional de Ação pela Despatologização das Pessoas Trans;</li> <li>- Realizar Seminário na Semana da Parada da Diversidade de PE com ênfase na Saúde Integral LGBT;</li> <li>- Realizar Seminário sobre o Dia Mundial de Luta Contra Aids com ênfase na Saúde Integral LGBT.</li> </ul> <p>B) Realizar Oficinas regionais de sensibilização para implantação da ação de acessibilidade e acolhimento na rede estadual de saúde;</p> <p>- Realizar Formação Continuada para profissionais das UPA.</p> <p>C) Realizar reuniões semestrais com a Secretaria Executiva de Regulação em Saúde para o monitoramento do Ambulatório para Pessoas Trans (Hospital das Clínicas);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar reuniões anuais com o Hospital das Clínicas para o monitoramento do Ambulatório para pessoas trans;</li> <li>- Promover reuniões permanentes entre a equipe técnica do Ambulatório Trans (HC) e o Comitê Técnico Estadual de Saúde Integral LGBT de PE;</li> <li>- Criar uma Rede de Atenção à Saúde das Pessoas Trans;</li> </ul> <p>D) Articular com a SEAS e a DGAF através de reuniões técnicas a inserção dos medicamentos para hormonoterapia (homens trans – Testosterona, mulheres trans – estrógeno e ciproterona) na lista de medicações especiais;</p> <p>E) Realizar reuniões de planejamento e avaliação do Comitê de Saúde Integral LGBT.</p>
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	Política Estadual lançada no último dia 04 de junho de 2015 assim como a sua Coordenação.
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na seção "Planejamento, Gestão e Regulação" no capítulo "Participação e Controle Social" foi referido - Elaboração e encaminhamento do projeto de Lei que altera a Lei de criação do CES/PE, em cumprimento às determinações da Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 453, de 10 de maio de 2012, incluindo assento aos segmentos LGBT e População Negra;</li> <li>- Instituição de Grupos de Trabalho que contribuíram para implantação de políticas, ao exemplo da Política Estadual de Saúde da População LGBT;</li> </ul>
Outras Informações	<p>Anexo ao PES é apresentado as Recomendações da 8ª Conferência Estadual de Saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Menção a população LGBT nas Recomendações da 8ª Conferência Estadual de Saúde Vera Baroni e do Conselho Estadual de Saúde: "Garantir a formação dos trabalhadores da saúde nas políticas estratégicas como: atenção primária a saúde; atendimento aos grupos específicos (LGBT, Afrodescendentes, Terreiros, Profissionais do Sexo e Comunidades Rurais, assim como pessoas com deficiência), urgência e emergência para o usuário de saúde mental em crise por parte do SAMU, política nacional de humanização, doenças endêmicas e negligenciadas; práticas integrativas e complementares e prática popular de cuidado a saúde, respeitando as especificidades em cada nível de atenção, com apoio da Escola de Saúde Pública" p.314.</li> </ul>

## Piauí

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	Fortalecer a intersetorialidade de ações sustentáveis na interface com outras políticas sociais no âmbito da Educação, Segurança, Transporte, Meio Ambiente e Saneamento Básico, promovendo e fortalecendo a inclusão de segmentos e grupos prioritários; a promoção da saúde e a redução das desigualdades;
Metas/Indicadores	Sensibilizar e promover capacitação para os profissionais de saúde no acolhimento e atendimento à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros).
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: PIAUÍ, Secretaria Estadual de Saúde do Piauí. Documento: Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

## Rio Grande do Norte

não há menção sobre a população LGBT no PES

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

## Sergipe

Análise Situacional	<ul style="list-style-type: none"><li>- Na seção "Perfil demográfico", sub seção "Morbidade", constam as seguintes informações: "Quanto à categoria de exposição entre os maiores de 13 anos de idade, a principal via de transmissão é a sexual. Nas mulheres, 78% dos casos registrados em 2015 decorreram de relações heterossexuais com pessoas infectadas pelo HIV. Entre os homens 25% dos casos se deram por relações homossexuais, 37% por relações heterossexuais e 14% por bissexuais";</li><li>- "Apesar do número de casos ser maior entre heterossexuais a epidemia em Sergipe é concentrada em grupos populacionais com comportamentos que os expõem a um risco maior de infecção pelo HIV, como usuários de drogas, profissionais do sexo e homossexuais". p.34.</li></ul>
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	<ul style="list-style-type: none"><li>- Apoiar o processo de habilitação de dois serviços de Referência em atendimento e acompanhamento multiprofissional a população LGBT - Lésbica, gays, travestis e transexuais no Polo UFS Lagarto e São Cristóvão;</li><li>- Incentivar a implantação das Políticas de Promoção da Equidade em 100% das Sedes de Regiões de Saúde/Proporção de Sede de Regiões de Saúde com Políticas de Promoção da Equidade implantadas.</li></ul>
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: SERGIPE, Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe. Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

## Região Norte

### Acre

Análise Situacional	<p>- Na seção "Populações Vulneráveis", onde menciona-se a população LGBT: "A população Ribeirinha no Vale Juruá é de 25.000 (vinte e cinco mil) habitantes, de acordo com os atendimentos de saúde. Os demais municípios são assistidos através de atendimento nas unidades de saúde, com dificuldade de consolidar dados confiáveis. Em busca ativa na Associação de Redução de Danos - AREDACRE obtivemos informações que ações preventivas são feitas através de campanhas e distribuição de preservativos à população de um modo geral, dificultando consolidar indicadores reais da população LGBT" p. 137.</p> <p>- Na seção "Saúde da Mulher" a população LGBT é mencionada: "A Política de Atenção à Saúde da Mulher deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida, resguardadas as especificidades das diferentes faixas etárias e dos distintos grupos populacionais (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras)". p.126.</p>
Diretrizes e Objetivos	<p>Objetivo 1.3.5 - Implementar a política estadual de Atenção à Saúde de Grupos Étnico Raciais, LGBT, Pessoas com Deficiência e Comunidades Tradicionais;</p> <p>- Não há meta para esse objetivo que contemple a população LGBT, em específico.</p>
Metas/Indicadores	<p>- Assegurar o acesso das populações prioritárias em todas as unidades de saúde do estado;</p> <p>- 100% das populações prioritárias. Porcentagem das populações prioritárias com acesso à saúde assegurado.</p>
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	Reativar o comitê técnico de saúde da população negra e LGBT do Estado.
Outras Informações	-

Fonte: ACRE, Secretaria do Estado de Saúde do Acre. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório. Acre, 2016.

## Amazonas

<p>Análise Situacional</p>	<p>- Na seção “Políticas Transversais/ Relações interinstitucionais” no capítulo de “Atenção às Pessoas em Situação de Violência” é referido “A universalização dos serviços de Notificação compulsória e capacitação dos profissionais de Saúde para o atendimento às mulheres e correta alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. A unificação do serviço de Notificação compulsória se deu em virtude da necessidade de identificar os casos específicos de cada violência uma vez que o preenchimento das fichas de notificação não atendiam as diversas situações de Violências, pois estavam inseridas no boletim consolidado, passando, portanto, para boletim individualizado de produção. Sendo assim, para atender as necessidades identificadas em especificidade, o Ministério da Saúde e outras instituições governamentais das três esferas que compõem o SUS, instituições de ensino e pesquisa, e parcerias não governamentais, incluiu no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, a Ficha de Notificação Individual onde define: Caso suspeito ou confirmado de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. No caso de violência extrafamiliar/comunitária, somente serão objetos de notificação as violências contra crianças, adolescentes, mulheres, pessoas idosas, pessoa com deficiência, indígenas e população LGBT.”</p>
<p>Diretrizes e Objetivos</p>	<p>-</p>
<p>Metas/Indicadores</p>	<p>- Instituir no âmbito da SUSAM a Política de Promoção da Equidade em Saúde para as populações LGBT, Pessoa em situação de Rua, Campo e Floresta e Educação Popular em Saúde, com adesão de municípios (sendo 8 com região fronteiriça e 7 com população acima de 50 mil habitantes); - Coordenar a criação do Comitê Técnico da Promoção da Equidade.</p>
<p>Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)</p>	<p>Instituir no âmbito da SUSAM a Política de Promoção da Equidade em Saúde para as populações LGBT, Pessoa em situação de Rua, Campo e Floresta e Educação Popular em Saúde.</p>
<p>Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)</p>	<p>-</p>
<p>Outras Informações</p>	<p>- Política de Promoção da Equidade em Saúde (População LGBT, Pessoa em situação de Rua, Campo e Floresta e Educação Popular em Saúde); - Na seção “Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde e Gestão”, no eixo “Sistemas e Políticas de Saúde” é proposto “Estudos sobre Atenção à Saúde: Estudos sobre modelos de atenção à saúde adequados às populações em condições diferenciadas, destacando-se os aspectos geográficos, comportamentais, de gênero e transgêneros; Estudos de avaliação sobre: qualidade e humanização no atendimento, resolutividade dos níveis hierárquicos do SUS, acesso aos serviços de saúde e às ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação; Estudos sobre o Programa Saúde da Família: avaliação de impactos, avaliação sobre tecnologias de cuidado, orientação alimentar, inserção de novos profissionais na equipe”.</p>

Fonte: AMAZONAS, Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Amapá

não há menção sobre a população LGBT no PES

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: AMAPÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Amapá. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Pará

Análise Situacional	<p>- Na seção de “Doenças Transmissíveis” no capítulo sobre “Hepatite virais” as pessoas LGBT é referida como uma das populações que “Estado vem intensificando as ações voltadas aos grupos considerados de maior vulnerabilidade como: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentados, população privada de liberdade, grupos LGBTs, manicures e tatuadores, além de enfatizar também nesse processo a prevenção, sempre objetivando ampliar cada vez mais a cobertura vacinal contra hepatite B”;</p> <p>- Na seção “Acesso às Ações e Serviços de Saúde” no capítulo de Saúde da Mulher é referido que a “Assessoria e monitoramento da política de inclusão de mulheres LGTBs, indígenas e negras na atenção à saúde; e efetivação da política de atenção integral a saúde da mulher em todos os ciclos de vida”.</p>
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBT (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: PARÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Pará. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Rondônia

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	Prestar apoio institucional a 100% das equipes de saúde da família que possuem, em seu território, populações vulneráveis, tais como quilombolas, indígenas, ribeirinhas e LGBTQI+.
Política Estadual de Saúde LGBTQI+ (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: RONDÔNIA, Secretaria do Estado de Saúde de Rondônia. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Roraima

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBTQI+ (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	Menção na seção "Conselho Estadual de Saúde" sobre representação do movimento LGBTQI+, através do quadro - Composição do Conselho Estadual de Saúde de Roraima: "Associação roraimense pela diversidade sexual RR - LGBTQI+" p.194.

Fonte: RORAIMA, Secretaria do Estado de Saúde de Roraima. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.

## Tocantins

não há menção sobre a população LGBTQI+ no PES

Análise Situacional	-
Diretrizes e Objetivos	-
Metas/Indicadores	-
Política Estadual de Saúde LGBTQI+ (indicação ou previsão de construção)	-
Controle social (Conselho Estadual, Comissões de saúde)	-
Outras Informações	-

Fonte: TOCANTINS, Secretaria do Estado de Saúde de Tocantins. Plano Estadual de Saúde 2016-2019. Relatório.



# REFERÊNCIAS

BRASIL. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 7508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 de jun. 2011.

\_\_\_\_\_. Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 set. 1990a.

\_\_\_\_\_. Lei 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 1990b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Manual de planejamento no SUS/Ministério da Saúde**: Fundação Oswaldo Cruz. – 1. ed., rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2016. 138 p.: il. – (Série Articulação Interfederativa ; v. 4).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT**. Brasília: Ministério da Saúde; 36p. 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria n.º 2135/GM, de 25 de setembro de 2013. Estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2013. Poder Executivo, n. 187, . Seção I. p. 60.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Sistema de Planejamento do SUS (PlanejaSUS)**: uma construção coletiva: trajetória e orientações de operacionalização. Brasília: Ministério da Saúde, 2009, 318p. (Série B: Textos Básicos de Saúde).

MATUS, C. **O Método PES**: roteiro de análise teórica. São Paulo: FUNDAP, 1997.

## REGIÃO SUL

RIO GRANDE DO SUL, Secretaria do Estado de Saúde do Rio Grande do Sul. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Porto Alegre, 2016. 239p. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/upload/arquivos/201701/05153251-pes-2016-2019-sesrs.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019

SANTA CATARINA, Secretaria do Estado de Saúde de Santa Catarina. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Florianópolis, 2016. 263p. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/planejamento-em-saude/instrumentos-de-gestao-estadual/plano-estadual-de-saude/10409-plano-estadual-de-saude-2016-2019/file>. Acesso em: 09 jul. 2019

PARANÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Paraná. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Curitiba, 2016. 200p. Disponível em: <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoEstadualSaude2016MioloAlt.pdf>. Acesso em: 09.jul.2019.

## REGIÃO SUDESTE

ESPÍRITO SANTO, Secretaria do Estado de Saúde do Espírito Santo. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Vitória, 2016. 426p. Disponível em: [http://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE\\_2016-2019.pdf](http://saude.es.gov.br/Media/sesa/Planejamento/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE_2016-2019.pdf). Acesso em: 09 jul.2019

MINAS GERAIS, Secretaria do Estado de Saúde de Minas Gerais. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Belo Horizonte, 2016. 311p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MG\\_Plano-Estadual-de-Sade-2016-2019-Final-aprovado.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MG_Plano-Estadual-de-Sade-2016-2019-Final-aprovado.pdf). Acesso em: 09 jul.2019

RIO DE JANEIRO, Secretaria do Estado de Saúde do Rio de Janeiro. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Rio de Janeiro, 2016. 181p. Disponível em: <https://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NjMwNg%2C%2C>. Acesso em: 09 jul.2019

SÃO PAULO, Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. São Paulo, 2016. 228p. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/documentos-de-planejamento-em-saude/plano-estadual-de-saude-2016-2019-sessp/pessp\\_2017\\_11\\_01\\_17.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/documentos-de-planejamento-em-saude/plano-estadual-de-saude-2016-2019-sessp/pessp_2017_11_01_17.pdf). Acesso em: 09 jul.2019

## REGIÃO CENTRO-OESTE

DISTRITO FEDERAL, Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019 (parte 1)**. Relatório. Brasília: março, 2016. 103p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/DF\\_PDS\\_2016\\_2019\\_OFICIAL\\_Parte\\_I.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/DF_PDS_2016_2019_OFICIAL_Parte_I.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

DISTRITO FEDERAL, Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. **Plano de Saúde 2016-2019 (parte 2)**. Relatório. Brasília: março, 2016. 81p. Disponível em: [http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PDS\\_2016-2019\\_OFICIAL\\_Parte\\_II-1.pdf](http://www.saude.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/PDS_2016-2019_OFICIAL_Parte_II-1.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

GOIÁS, Secretaria do Estado de Saúde de Goiás. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Goiás, 2016. 249p. Disponível em: <http://www.testesaude.go.gov.br/public/media/rZWwz6wnidYR5D/29122211031192163921.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MATO GROSSO, Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Cuiabá, 2017. 129p. Disponível em: <http://www.saude.mt.gov.br/arquivo/8101>. Acesso em: 09 jul. 2019.

MATO GROSSO DO SUL, Secretaria do Estado de Saúde de Mato Grosso: **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Campo Grande, 2015. 130p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MS\\_PES-2016-2019-Versao-Final.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/MS_PES-2016-2019-Versao-Final.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

## REGIÃO NORDESTE

ALAGOAS, Secretaria do Estado de Saúde do Alagoas. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Maceió, 2016. 123p. Disponível em: [http://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PES-2016-2019\\_final-Aprovado-pelo-CES\\_22-11-17-1.pdf](http://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/PES-2016-2019_final-Aprovado-pelo-CES_22-11-17-1.pdf). Acesso em: 09 jul.2019.

BAHIA, Secretaria da Saúde do Estado da Bahia. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 40, supl. 3, out./dez. 2016, Salvador, 2016.

CEARÁ, Secretaria da Saúde do Estado do Ceará. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Fortaleza, 2016. 229p. Disponível em: [https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/plano\\_estadual\\_de\\_saude\\_2016\\_2019.pdf](https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2018/06/plano_estadual_de_saude_2016_2019.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

MARANHÃO, Secretaria da Saúde do Estado do Maranhão. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. São Luis, 2016. 1223p. Disponível em: <http://www.transparencia.ma.gov.br/prestacao-de-contas/2016/1.40.01%20-%20Plano%20de%20sa%C3%BAde%20e%20relat%C3%B3rio%20de%20gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

PARAÍBA, Secretaria da Saúde do Estado da Paraíba. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. João Pessoa, 2016. 169p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PB\\_Plano%20Estadual%20de%20Saude%202016\\_2019.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PB_Plano%20Estadual%20de%20Saude%202016_2019.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

PERNAMBUCO, Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Recife, 2016. 338p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PE\\_PES-2016-2019-FINAL\\_23\\_12\\_2016-1.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PE_PES-2016-2019-FINAL_23_12_2016-1.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

PIAUI, Secretaria Estadual de Saúde do Piauí. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Diretoria de Unidade de Planejamento: Abril, 2016. 86p. Disponível em: [http://www.saude.pi.gov.br/ckeditor\\_assets/attachments/896/Plano\\_Estadual\\_2016\\_a\\_2019\\_vers\\_o\\_final\\_.pdf](http://www.saude.pi.gov.br/ckeditor_assets/attachments/896/Plano_Estadual_2016_a_2019_vers_o_final_.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE, Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Norte. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Natal, 2016. 135p. Disponível em: [http://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RN\\_PES%202016-2019%20VERSAO%20FINAL.pdf](http://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RN_PES%202016-2019%20VERSAO%20FINAL.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

SERGIPE, Secretaria Estadual de Saúde de Sergipe. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Sergipe, 2016. 228p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/SE\\_Plano%20Estadual%20de%20Saude%202016%20-%202019%20SERGIPE.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/SE_Plano%20Estadual%20de%20Saude%202016%20-%202019%20SERGIPE.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

## REGIÃO NORTE

ACRE, Secretaria do Estado de Saúde do Acre. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Acre, 2016. 289p. Disponível em: <https://sargsus.saude.gov.br/sargsus/login!consultarRelatorioExterno.action?tipoRelatorio=02&codUf=12&codTpRel=02>. Acesso em: 09 jul. 2019.

AMAPÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Amapá. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Macapá, 2016. 240p. Disponível em: <https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PES-2016-2019-ATUAL-14-02-2017.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2019.

AMAZONAS, Secretaria do Estado de Saúde do Amazonas. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Manaus, 2016. 225p. Disponível em: [http://www.saude.am.gov.br/docs/pes/pes\\_2016-2019.pdf](http://www.saude.am.gov.br/docs/pes/pes_2016-2019.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

PARÁ, Secretaria do Estado de Saúde do Pará. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Belém, 2016. 264p. Disponível em: [http://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PA\\_Plano-estadual-saude-2016-2019.pdf](http://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/PA_Plano-estadual-saude-2016-2019.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

RONDÔNIA, Secretaria do Estado de Saúde de Rondônia. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Rondônia, 2016. 96p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RO\\_PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE%202016-2019.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RO_PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SAUDE%202016-2019.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

RORAIMA, Secretaria do Estado de Saúde de Roraima. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Boa Vista, 2016. 255p. Disponível em: [https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RR\\_PLANO\\_DE\\_SA%C3%A9\\_2016\\_2019\\_FINAL.pdf](https://www.conass.org.br/pdf/planos-estaduais-de-saude/RR_PLANO_DE_SA%C3%A9_2016_2019_FINAL.pdf). Acesso em: 09 jul. 2019.

TOCANTINS, Secretaria do Estado de Saúde de Tocantins. **Plano Estadual de Saúde 2016-2019**. Relatório. Palmas, 2016. 304p. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/330945/>. Acesso em: 09 jul. 2019.

